



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÕES PERMANENTES

CÓDIGO:

FQ-COTEC-052-00

MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA EMISSÃO:

12/04/2016

DATA REVISÃO:

12/04/2016

ITEM NORMA:

7.2

COMISSÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

EVENTO: Audiência Pública	DATA: 23 05 2016	LOCAL: Auditório 01 dep. Manoel Castro e auditório 03 dep. Castelo de Castro.
	HORA: 14h30min.	
EMENTA: Em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração sexual de Crianças e Adolescentes, 18 de maio		
REQUERENTES: Deputado Renato Roseno e deputada Bethrose		
PRESIDENTE: Deputado Renato Roseno		
DEPUTADOS (AS) PRESENTES: Deputado Renato Roseno		
PARTICIPANTES DA MESA: Deputado Renato Roseno, Brigitte Louchez, Lila Bezerra, Lila Bezerra, Lídia Rodrigues, Ângela de Alencar Pinheiro, Ramon Anselmo, Stela Fernandes, Elder Ximenes e Ronald Fontenelle.		
ENTIDADES REPRESENTADAS: ONG Barraca da Amizade, Fórum Cearense de Mulheres, ONG ECPAT Brasil, do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (Nucepec/UFC), Fórum DCA, Conselho Tutelar e Ministério Público.		
SÍNTESE DAS MANIFESTAÇÕES: <p>O deputado estadual Renato Roseno afirmou que “uma das mais perversas e covardes violências sexuais que existem é a contra crianças e adolescentes”. De acordo com o parlamentar do Psol, o dia 18 de maio deve ser uma data marcante, de reflexão, mobilização e políticas públicas. Roseno ressaltou, ainda, o binômio “proteger-responsabilizar”: proteger a vítima e responsabilizar o agressor.</p> <p>Brigitte Louchez, representante da ONG Barraca da Amizade, salientou as dificuldades de identificar casos. “Não há profissionalização e faltam dados. O disque 100 não é acionado”, lamentou. A dirigente acrescentou que se o Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (Sipia) não tiver dados, não tem orçamento. “E as políticas públicas estão defasadas desde 2006”, acrescentou.</p> <p>Para Lila Bezerra, do Fórum Cearense de Mulheres, a exploração e o abuso de crianças e adolescentes refletem preconceitos históricos, principalmente machismo, racismo e homofobia. “Se não houver políticas para combater o problema, o Estado estará sendo conivente”, frisou.</p>		



Lídia Rodrigues, da ONG ECPAT Brasil, ressaltou a importância da proteção contra a violência. Para ela, a melhor política é a prevenção. “Tem de ter atenção integral à vítima e familiares, para serem reinseridos na sociedade”, afirmou ela, acrescentando que é necessária a criação de mecanismos para que a impunidade não se perpetue.

Para a integrante do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (Nucepec/UFC), Ângela de Alencar Pinheiro, o maior empecilho é a conivência e as omissões do poder público. “Quase sempre os atores envolvidos são identificáveis, mas quase sempre ficam impunes”.

O representante do Fórum DCA, Ramon Anselmo, estima que cerca de 90% dos abusadores é familiar ou tem proximidade com a vítima. “Precisamos ter maior atenção ao convívio familiar”, pontua.

Stela Fernandes, do Conselho Tutelar, relatou dificuldades no atendimento do sistema de proteção. “Há falta de técnicos para ouvir a vítima. A violação é recorrente”, sublinhou ela, para quem “a internet, hoje, é fundamental para a erotização das nossas crianças, e a mídia e o poder público colaboram para isso”.

O promotor de Justiça Élder Ximenes destacou que “a situação mais frequente é quando não há apoio familiar”. Nesses casos, diz o membro do Ministério Público, o aliciamento torna-se fácil.

Ronald Fontenelle, também promotor, relatou sua percepção “de abuso infrafamiliar como rotineiro”. Ele reforçou a importância da medida cautelar do art. 130 do ECA. Mas, para isso, destaca ele, é de suma importância a existência de abrigos. “Porque é necessário sair do meio familiar”, justificou. De acordo com o promotor, o abuso acontece nesse meio. “Infelizmente, o adolescente não se reconhece como vítima”, enfatizou.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1 – Cobrar uma avaliação dos impactos do empreendimento do Porto do Pecém em relação aos casos de exploração e abuso sexual;
- 2 – Monitoramento do Segundo Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual;
- 3 – A permanência da Delegacia de Combate à Exploração de Crianças e Adolescentes (Dececa) no mesmo prédio;
- 4 – Ampliar a estrutura do DECECA;
- 5 – Ampliar plantões;



Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

COMISSÕES PERMANENTES

CÓDIGO:

FQ-COTEC-052-00

MEMÓRIA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

DATA EMISSÃO:

12/04/2016

DATA REVISÃO:

12/04/2016

ITEM NORMA:

7.2

- 6** – Medidas judiciais, quando não houver a execução do orçamento previsto para o combate à violência sexual;
- 7** – Criar um comitê Estadual para o combate á exploração sexual;
- 8** – Ampliar as políticas públicas;
- 9** – Estabelecimento de resolução de impactos sociais;
- 10** – Prevenção à exploração sexual de Crianças e Adolescentes com a rede SUS e Educação;
- 11** – Priorizar o orçamento para a criança e o Adolescente;
- 12** – Ampliar o investimento de medicamentos;
- 13** – Investir na comunicação: Audiência pública com a Secretaria de Educação;
- 14** – Realizar Audiência Pública para discutir aumento de casos de HIV entre jovens.

ELABORADO POR: Jamile Carvalho da Silva Sousa